

Os direitos das crianças vistos por elas próprias

Justitia Δικαιοσύνη Giustizia
Pravosodje Oigusküsimused Justiz Oikeusasiat Tieslietas Igazság Justiča Spravedlnost Sprawiedliwość Retlige anliggender Justitie
Ceartas Justice Gustizzja Justitia
Pravosodje Rättsliga frågor Teisingumas

Justice



O presente estudo foi encomendado pela Direcção-Geral e coordenado pela Direcção-Geral da Comunicação.

O presente documento não representa o ponto de vista da Comissão Europeia.

As interpretações e opiniões nele contidas são da responsabilidade exclusiva dos seus autores.

Europe Direct é um serviço que responde
às suas perguntas sobre a União Europeia.

Linha telefónica gratuita (*):

00 800 6 7 8 9 10 11

(*) Alguns operadores de telefonia móvel não permitem o acesso aos números iniciados por 00 800 ou cobram estas chamadas.

Encontram-se disponíveis numerosas outras informações sobre a União Europeia
na rede Internet, via servidor Europa (<http://europa.eu>).

Uma ficha catalográfica figura no fim desta publicação.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2011

ISBN 978-92-79-19049-0

doi:10.2758/62290

© União Europeia, 2011

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte

Índice

Introdução	3
1. Resumo.....	4
1.1 Ser uma criança na Europa de hoje em dia	4
1.2 Definir os direitos da criança	5
1.3 Proteger os direitos da criança	5
2. Objectivos e metodologia	7
2.1 Antecedentes e objectivos	7
2.2 Concepção do estudo	7
3. Situação das crianças em 2010.....	8
3.1 Vantagens de ser uma criança actualmente	8
3.2 Desvantagens de ser uma criança actualmente.....	9
3.3 Influências na vida das crianças.....	10
3.4 As crianças fazem ouvir as suas vozes.....	11
4. Direitos da criança	12
4.1 O conceito de direitos humanos	12
4.2 Direitos específicos das crianças	13
5. Ajuda e apoio	14
5.1 Fontes de apoio actuais.....	14
5.2 Outras fontes de apoio	16
5.3 Fontes de apoio preferidas.....	16
5.3.1 Apoio às iniciativas destinadas aos jovens.....	17
5.3.2 Mudar as atitudes do público e prestar informações	17
5.3.3 Implicar os jovens nas decisões.....	19
5.3.4 Programas de desenvolvimento específicos	19
5.3.5 Defesa e aplicação da lei.....	19
5.4 Prioridades máximas.....	20
5.5 Apoio sugerido para os grupos vulneráveis	20
5.5.1 Crianças vítimas de violência física e de abusos sexuais	20
5.5.2 As crianças vítimas de «bullying»	21
5.5.3 Crianças em situação de pobreza	23
5.5.4 Crianças que vivem em instituições	23
5.5.5 Crianças sem abrigo, crianças que vivem na rua e crianças sem estatuto oficial	24
5.5.6 Crianças com necessidades especiais.....	24
5.5.7 Crianças pertencentes a grupos étnicos minoritários e famílias de imigrantes	25
5.5.8 Crianças de etnia cigana («Roma», «Sinti» e viajantes)	26
Anexo – Guia de reflexão	28
Guia de tópicos para os grupos de reflexão	29



Introdução

As crianças têm boas ideias. Conseguem pensar em coisas que não ocorreriam aos adultos. Além disso, o pleno respeito pelos interesses da criança, um dos princípios fundamentais da protecção dos seus direitos, exige que se dê às crianças oportunidade de exprimirem as suas opiniões sobre questões que lhes dizem respeito.

A Direcção-Geral da Justiça da Comissão Europeia procurou obter as opiniões de raparigas e rapazes dos 27 Estados-Membros da União Europeia sobre a questão dos direitos da criança. O que significa ser uma criança em 2010 foi o tema debatido por adolescentes das mais variadas origens. Exprimiram-se sobre os obstáculos que se lhes deparam ao exercerem os seus direitos e sobre as medidas que gostariam que o «mundo dos adultos» tomasse.

Em Fevereiro de 2011, a Comissão adoptou um «Programa da UE para os direitos da criança». Ao elaborar este documento, a Comissão inspirou-se em ideias recolhidas aquando da consulta junto das crianças, cujos resultados são apresentados na presente publicação.

Por palavras suas, as crianças explicam que gostariam que os adultos tivessem mais confiança nelas, mostrassem mais respeito pelas suas opiniões e as envolvessem mais estreitamente no processo de tomada de decisão. As crianças desejam participar activamente nas decisões que lhes dizem respeito e sentir que as suas opiniões são respeitadas.



1. Resumo

Em Fevereiro de 2010, a TNS Qual+ realizou um estudo Eurobarómetro Qualitativo, em nome da Direcção-Geral da Justiça da Comissão Europeia, junto de jovens dos 27 Estados-Membros da União Europeia. O estudo baseou-se nos trabalhos de 170 grupos de reflexão e centrou-se no tema dos direitos da criança. Os inquiridos, com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos e oriundos de diferentes meios socioeconómicos e étnicos - incluindo crianças de etnia cigana («Roma», «Sinti», crianças viajantes) e crianças com necessidades especiais -, debateram as questões que consideram mais importantes no que diz respeito aos seus direitos e aos direitos das crianças em geral, bem como os diferentes obstáculos que estas enfrentam para os exercer. Posteriormente, exploraram as soluções que, no seu entender, poderiam contribuir para superar estes obstáculos e apresentaram sugestões sobre o que o «mundo dos adultos» poderia fazer para proteger e defender melhor os direitos das crianças.

1.1 SER UMA CRIANÇA NA EUROPA DE HOJE EM DIA

Os inquiridos são jovens da União Europeia de hoje em dia e falam em **termos positivos** e de forma muito similar sobre:

- A sua relativa liberdade face à responsabilidade e à pressão;
- As possibilidades de divertimento;

- O apoio que recebem;
- As suas oportunidades;
- O papel positivo que a tecnologia desempenha nas suas vidas.

Os aspectos das suas vidas que consideram **menos bons** incluem:

- Os adultos não depositam confiança suficiente neles;
- Pressão para ter êxito;
- A violência física e, por vezes, psicológica;
- Limitações relativamente às decisões que tomam sobre as suas próprias vidas;
- O risco de dependência e as ameaças psicológicas e físicas ao bem-estar;
- A pressa de crescer;
- Actividades insuficientes para ocupar os tempos livres.

Os jovens consideram que os seus pais, família, amigos, treinadores desportivos e monitores constituem influências amplamente positivas nas suas vidas. São mais ambivalentes relativamente aos professores e aos agentes da «lei», incluindo a polícia, e consideram que os meios de comunicação exercem uma influência que pode ser muito positiva ou negativa.

1.2 DEFINIR OS DIREITOS DA CRIANÇA

Poucos são os jovens que se preocupam com os direitos humanos e não os associam automaticamente à sua própria situação e à situação das pessoas que conhecem. Preocupam-se ainda menos com os direitos específicos das crianças, embora acreditem que a maioria dos direitos humanos se aplica também às crianças. Contudo, existe a percepção de que as crianças devem ter um **«direito à educação»**, que lhes é próprio.

Além do direito à educação, o direito considerado mais importante para as crianças é o **«direito de ser uma criança»**, ou seja, estar isento de responsabilidades e ter a possibilidade de brincar, crescer e desenvolver-se. Os inquiridos identificaram outros direitos fundamentais, entre os quais se incluem a liberdade de expressão, o acesso à habitação e à alimentação, aos cuidados de saúde, o direito a uma vida familiar, a ser respeitado e a não ser a vítima de «bullying».

O **«direito de participar»** foi referido por muitas crianças, já que algumas delas pretendem participar activamente nos processos de tomada de decisões que as afectem directamente, desde as opções educativas até ao direito de voto. Este desejo foi expresso reiteradamente em relação a domínios das suas vidas em que existam expectativas e lhes é exigido que atinjam determinados objectivos (escola, ensino superior ou emprego). Também foi expresso no contexto das famílias que passam pelo trauma da separação e do divórcio; as crianças desejam participar activamente nas decisões que lhes dizem respeito e sentir que as suas opiniões são respeitadas.

1.3 PROTEGER OS DIREITOS DA CRIANÇA

No âmbito do estudo, foi estabelecida uma clara distinção entre a maioria das crianças que participaram no estudo, cujos direitos não correm sérios riscos de serem violados, e vários grupos específicos de crianças que os inquiridos consideram mais «vulneráveis». Entre os grupos de crianças considerados particularmente vulneráveis contam-se: as vulneráveis à violência ou aos abusos; as vítimas de «bullying»; as que são muito pobres; as crianças que vivem em instituições; as crianças sem abrigo; as crianças com necessidades especiais; as crianças pertencentes a minorias étnicas, como as crianças «Roma», «Sinti» ou viajantes.

Ao reflectirem sobre o que pode ser feito para assegurar e proteger melhor os direitos das crianças, os inquiridos analisaram as suas próprias situações e as dos diferentes grupos de crianças vulneráveis.

Os jovens cidadãos europeus consideram que a responsabilidade pela garantia dos direitos das crianças incumbe principalmente aos pais e professores, no que lhes

diz respeito enquanto indivíduos, e ao «Estado»¹, o que se refere às crianças em geral e às vulneráveis e desfavorecidas em particular.

Os participantes gostariam que os adultos próximos das crianças as ouvissem mais atentamente e detectassem sinais de alarme que constituem ameaças aos seus direitos. Gostariam também que fossem envidados mais esforços no domínio das tecnologias e da Internet, de modo a que as crianças possam participar nestas questões e sejam informadas sobre os perigos.

Concretamente, as crianças gostariam que o «mundo dos adultos» garantisse e protegesse melhor os direitos de crianças de várias formas.

■ Gostariam que os adultos tivessem mais confiança nas crianças e as deixassem ter uma maior participação nas decisões

Gostariam que os pais deixassem as crianças participar mais nas decisões e nas questões que as afectam directamente, como as escolhas em matéria de educação e o lugar onde viver em caso de separação dos pais, e lhes facultassem mais informações sobre os riscos associados às drogas e ao álcool.

Para garantirem os seus direitos na escola, gostariam que os professores tivessem uma melhor formação sobre a forma de ouvir mais as crianças, detectar sinais de violações de direitos e levá-las mais a sério, nomeadamente quando assinalam casos de «bullying».

No que diz respeito aos decisores políticos, gostariam que fossem envidados mais esforços para melhorar a opinião do grande público sobre os jovens, que se investisse de forma positiva em actividades recreativas para crianças e oportunidades de emprego futuras, assim como na plena aplicação das leis em vigor.

Pretendem que o Estado (a nível local, regional e nacional) promova mais fóruns para que as vozes das crianças possam ser ouvidas, quer mediante a diminuição da idade de voto, quer instituindo provedores dos direitos das crianças ou representantes (*champions*)², ou outras formas de atribuição do poder político. Querem que seja pedida às crianças a sua opinião e que estas opiniões tenham peso.

Gostariam que fossem promovidas atitudes positivas face às necessidades das crianças de grupos minoritários e oferecidas mais oportunidades educativas e outras para incentivar a integração plena destas crianças na cultura e na sociedade em geral.

¹ O termo «Estado» refere-se, neste contexto, aos responsáveis políticos e executores a nível local, regional, nacional ou até europeu e é utilizado de forma um pouco lata, reflectindo a utilização do termo pelas crianças.

² Por «champion» entende-se uma pessoa ou pessoas que representam as crianças, agem como seu porta-voz e defendem os seus direitos.

■ **Gostariam que os adultos respeitassem o direito das crianças a serem crianças**

Gostariam que o «mundo dos adultos» financiasse mais espaços e centros de recreio nos quais as crianças em geral, e as crianças vulneráveis em particular, possam praticar desporto, jogar ou ser acolhidas.

Gostariam de assegurar que não é exercida demasiada pressão sobre as crianças para terem um bom desempenho escolar e frequentarem aulas extracurriculares à custa do tempo verdadeiramente «livre».

■ **Gostariam que houvesse mais comunicação sobre os direitos das crianças**

Gostariam que, tanto nas famílias como nas escolas, as crianças tivessem confiança para se exprimir se considerarem que os seus direitos estão a ser violados; é importante incentivar o diálogo. As crianças precisam de ter a certeza de que agem com legitimidade quando exprimem as suas preocupações.

Querem mais informações, por exemplo palestras sobre os direitos das crianças nas escolas e informações sobre os lugares onde podem procurar ajuda. Estes dois tipos de informações devem também ser divulgados utilizando as tecnologias interactivas com as quais estão

familiarizadas, por exemplo, um sítio Web para crianças sobre o «bullying». Estão conscientes da intimidação via Internet e, em certa medida, da prudência necessária ao utilizar a Internet e os meios de comunicação social.

Acolheriam com agrado uma maior promoção das linhas de ajuda para crianças ou dos provedores dos direitos das crianças já existentes. Seriam favoráveis a campanhas de informação dirigidas aos pais sobre os danos que os comportamentos negligentes sob os efeitos do álcool ou das drogas podem causar.

■ **Pretendem mais apoio em caso de necessidade**

Consideram que a situação das crianças mais vulneráveis deve ser mais bem acompanhada (em casa, na escola ou noutro lugar) e beneficiar de um forte apoio dos serviços sociais, se for caso disso. Desejam um maior apoio psicológico para as crianças necessitadas na escola e, em especial, grupos de apoio e terapia para as vítimas de «bullying».

Os pais precisam de ser sensibilizados para a importância de consagrarem tempo aos filhos.

2. Objectivos e metodologia

2.1 ANTECEDENTES E OBJECTIVOS

O presente estudo Eurobarómetro Qualitativo sobre os direitos da criança foi encomendado pela Direcção-Geral da Justiça da Comissão Europeia. Os objectivos globais do estudo eram:

- Perceber quais as questões que as crianças consideram mais importantes relativamente aos seus direitos;
- Compreender os obstáculos que as crianças enfrentam no exercício dos seus direitos;
- Conhecer o ponto de vista das crianças sobre possíveis soluções para resolver estes problemas.

O presente estudo qualitativo segue-se a dois estudos quantitativos Eurobarómetro realizados nos dois últimos anos para determinar o nível de conhecimento das crianças relativamente aos seus direitos e compreender quais os problemas cruciais que enfrentam relativamente aos seus direitos³.

2.2 CONCEPÇÃO DO ESTUDO

Em toda a UE, foram organizados 170 grupos de discussão com a participação de 1 445 crianças. Em cada Estado-Membro, a amostra era amplamente representativa dos jovens de ambos os sexos com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos, oriundos de zonas urbanas e rurais, pertencentes a grupos de baixo nível económico e alto nível económico e de várias origens étnicas. Entre os inquiridos contavam-se também 51 crianças com um tipo de necessidade física especial. O trabalho no terreno foi conduzido em Fevereiro e Março de 2010 e consistiu em seis grupos de reflexão em 23 Estados-Membros e oito

grupos nos quatro restantes (Roménia, Hungria, Espanha e Reino Unido), incluindo dois com crianças de etnia cigana («Roma», «Sinti» ou viajantes)⁴ em cada grupo havia crianças de ambos os sexos.

A Direcção-Geral da Justiça organizou uma sessão informativa pormenorizada destinada aos moderadores e aprovou o guia de tópicos (incluído no anexo do presente relatório). A identidade do patrocinador do projecto não foi revelada aos participantes até ao final dos trabalhos dos grupos de reflexão.

É de assinalar que, embora durante os debates os inquiridos tenham sido incentivados a analisar as necessidades das crianças de faixas etárias mais baixas, os resultados do estudo reflectem bem as ideias e os pontos de vista da faixa etária objecto de estudo.

Os grupos de reflexão reuniram-se durante duas horas entre 1 e 12 de Março de 2010.

No presente relatório, recorre-se amplamente às citações textuais dos inquiridos, uma vez que constituem uma oportunidade de os inquiridos «falarem em seu próprio nome» e permitem ao leitor compreender melhor a perspectiva das crianças sobre as questões em debate. Em todos os casos, são indicados a nacionalidade e o sexo do inquirido, mas as citações escolhidas são representativas de sentimentos semelhantes expressos por inquiridos de outros Estados-Membros, não devendo estas ser associadas especificamente ao país em questão.

³ Ver flash Eurobarómetro 235, disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_235_en.pdf e Flash Eurobarómetro 273, disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_273_en.pdf.

⁴ No resto do presente relatório, o termo ciganos é utilizado para abranger as comunidades «Roma», «Sinti» e viajantes e, nos casos em que não é citado directamente na resposta de um inquirido, parte-se do princípio que se refere aos três grupos.



3. Situação das crianças em 2010

Os grupos iniciaram os debates examinando as questões que preocupam os inquiridos no seu quotidiano. Previamente foi pedido aos inquiridos que pensassem no que é «positivo» e «negativo» na situação actual das crianças. A discussão inicial nos grupos centrou-se nestas considerações, tendo sido introduzido o conceito de influências na vida das crianças e identificados alguns temas a debater posteriormente.

3.1 VANTAGENS DE SER UMA CRIANÇA ACTUALMENTE

As crianças de 15-17 anos consideram que há muitos **aspectos positivos** em ser uma criança na UE actualmente, mas quatro temas principais emergiram do debate; a maioria das crianças aprecia o seguinte:

- A juventude é uma época de **divertimento e despreocupação** e muitas crianças têm actualmente mais oportunidades de viajar do que no passado;
- Reconhecimento das **redes de apoio** da família e dos amigos e apreciação do apoio financeiro proporcionado por uma família estável;
- A **tecnologia** é libertadora e oferece novas oportunidades de entretenimento, interacção e comunicação;
- A prestação de **serviços de saúde**, o **acesso à educação**, o **bem-estar** crescente e o **respeito por parte dos adultos** são factores apreciados.

«Tudo é mais acessível para nós do que era para os nossos pais e avós. Temos tudo mais à mão. Já não há controlos como havia antigamente.» (Eslovénia, rapariga)

«Não nos são impostas as limitações políticas que foram impostas aos nossos pais.» (República Checa, rapaz)

«Os telemóveis, a Internet; a minha mãe não tinha estas coisas e eu nem sequer consigo imaginar a vida sem elas.» (Alemanha, rapariga)

«Frequento uma escola para crianças com dificuldades de aprendizagem. Somos oito na minha turma. Assim, o professor pode dar-me muito mais atenção do que numa escola normal. Penso que no passado estas escolas não existiam.» (Países Baixos, rapaz)

Os jovens de alguns Estados-Membros referiram-se à forma como esta liberdade é formalmente alargada, do ponto de vista da protecção legal dos menores:

«[As crianças] gozam de maior protecção legal contra os maus tratos» (França, rapariga)

As crianças de alguns Estados-Membros também se referiram ao respeito por parte dos adultos como um dos aspectos positivos de ser uma criança hoje em dia:

«Podemos participar na tomada de decisões e os adultos levam-nos mais a sério.» (Áustria, rapariga)

A maioria das crianças sente-se protegida e apoiada por aqueles que as rodeiam, em especial a família, embora algumas não beneficiem desta estabilidade.

3.2 DESVANTAGENS DE SER UMA CRIANÇA ACTUALMENTE

Tal como em relação aos aspectos positivos de ser uma criança hoje em dia, registou-se um grande consenso relativamente aos aspectos negativos de ser uma criança actualmente. Os principais temas referidos foram os seguintes:

- Falta de respeito por parte do «mundo dos adultos»;
- Pressão para ter êxito;
- Falta de apoio dos pais;
- Limitações e influências externas;
- Pressão do grupo, dependência e violência.

FALTA DE RESPEITO

Algumas crianças sentem que não são suficientemente respeitadas pelos adultos e pelo «mundo dos adultos»:

«Ninguém nos ouve, ninguém sabe o que queremos e os políticos, em especial, não fazem a mínima ideia do que é melhor para nós. É muito decepcionante falar com alguém mais velho e essa pessoa responder "és demasiado jovem para saber".» (Grécia, rapariga)

«Em termos de política, não tenho qualquer direito a falar enquanto pessoa.» (Polónia, rapaz)

Não ser ouvido na escola é um problema para muitas crianças. Algumas consideram que esta falta de consideração se deve à sua juventude. Um número considerável sente-se discriminado:

«Penso que os jovens são muito acusados e é-lhes posto um rótulo. Por vezes, a atitude geral é que «tudo» é, de alguma maneira, culpa nossa; como se constituíssemos um tipo de problema para a sociedade.» (Finlândia, rapaz)

«A polícia é bastante dura para com os jovens, que correm o risco de ser presos sem razão, apenas por vestirmos grandes blusões, pensam que somos criminosos.» (Dinamarca, rapaz)

Não participar nas decisões essenciais que afectam as suas vidas é um dos aspectos negativos referidos, em especial em alturas críticas como aquando do divórcio dos pais:

«Quando os meus pais se divorciaram, muitas pessoas tomaram uma decisão «no meu interesse». Ninguém perguntou a minha opinião. Fui colocado perante um facto consumado e tive de aceitar as decisões que foram tomadas em meu nome. Não sou estúpido nem incapaz de ter minhas próprias opiniões sobre a situação.» (Luxemburgo, rapaz)

PRESSÃO PARA TER ÊXITO

Muitas crianças sentem muita pressão sobre elas para terem êxito nos estudos e nos exames e para «terem sucesso» no futuro:

«Demasiada aprendizagem; exigem demasiado de nós.» (Eslovénia, rapariga)

«Pais, sociedade e professores: esperam muito de nós e querem que vamos para a universidade e sejamos bem-sucedidos no futuro.» (Estónia, rapariga)

Algumas sentem que é posta demasiada ênfase no êxito nos estudos e, ao mesmo tempo, têm muito poucas oportunidades de aproveitar tempos livres nos últimos anos da adolescência:

«Para as crianças jovens existem muitas ocupações, mas para os jovens da nossa idade [não há nada], a menos que se esteja [interessado] em desporto.» (Irlanda, rapariga)

FALTA DE APOIO DOS PAIS

Algumas crianças sentem que não lhes é dado apoio familiar suficiente. Em vários países, foi comentado o facto de os pais que trabalham estarem tão ocupados a ganhar a vida que não têm tempo para consagrar aos filhos:

«Sentimo-nos muito sós e pensamos como nos sentiríamos se os nossos pais estivessem em casa e se ocupassem de nós e nos perguntassem como estamos.» (Alemanha, rapariga)

LIMITAÇÕES E INFLUÊNCIAS EXTERNAS

As limitações sobre o que é permitido fazer (em especial não poder conduzir) são um motivo de contrariedade para muitos jovens da faixa etária dos 15-17 anos.

A falta de oportunidades para ganhar dinheiro em empregos a tempo parcial ou noutros empregos foi mencionada por muitos inquiridos como um aspecto negativo das suas vidas. Existe a sensação de que a economia «se voltou contra eles» mesmo no momento em que iam começar a ganhar a vida:

«Há muito desemprego entre os jovens neste momento, e não me agrada o facto de, para os jovens com menos de 16 anos, só existirem trabalhos sem interesse, como vender jornais. Antigamente era possível encontrar pequenos trabalhos interessantes muito mais facilmente.» (Países Baixos, rapariga)

PRESSÃO DO GRUPO, DEPENDÊNCIA E VIOLÊNCIA

Muitos jovens reconhecem que o risco de ser arrastado para hábitos potencialmente destrutivos e comportamentos dependentes por conhecidos indesejáveis constitui um risco e uma ameaça que pesa sobre as suas vidas. A influência dos jovens entre si foi reconhecida como uma potencial ameaça, assim como a pressão do grupo, à qual devem adaptar-se:

«Mais incentivos negativos; drogas, tabaco, álcool.» (Estónia, rapaz)

«Tentas fumar e consumir droga só para parecer "cool" e encaixar no grupo.» (Suécia, rapaz)

A violência foi mencionada em mais de metade dos Estados-Membros como um dos aspectos negativos na vida das crianças:

«Há bandos que podem matar por um cigarro e tornar-se violentos quando agem em grupo.» (Itália, rapaz)

«Algumas crianças pensam que é normal o pai bater-lhes quando está preocupado...» (Bulgária, rapariga)

«As pessoas estão mais assustadas. Por isso os pais preocupam-se com as crianças. A sociedade é mais assustadora.» (Irlanda, rapariga)

3.3 INFLUÊNCIAS NA VIDA DAS CRIANÇAS

Pedi-se aos inquiridos que reflectissem sobre quem e que factores influenciavam mais as suas vidas, as suas escolhas e as suas decisões.

Os **pais, a família alargada e os amigos próximos** são considerados como as influências mais importantes na vida das crianças e aqueles cujas opiniões mais influenciam as decisões que tomam:

«A família é tudo; a tradição, quando as pessoas casam, é tudo para os ciganos. Têm muitas expectativas, o casamento, os filhos, o tipo de família a que se unem.» (Reino Unido, rapariga)

«A mim, os amigos influenciam-me positivamente. Quando tenho problemas, ajudam-me.» (Roménia, rapaz)

Para além deste círculo próximo, os **professores** são quase sempre apontados como os seguintes na lista das pessoas que têm mais influência. Contudo, esta é a relação e influência relativamente à qual existe maior ambiguidade:

«Se não gostarem de nós, estamos liquidados, não podemos fazer nada.» (França, rapaz)

«Um professor pode ser uma espécie de segundo pai; passamos metade do nosso tempo com eles. Para as crianças jovens, são mesmo como pais.» (Bulgária, rapariga)

Os **treinadores desportivos** foram frequentemente citados como desempenhando um papel significativo para muitos jovens:

«Os treinadores são um pouco como professores; se se praticar um desporto de forma verdadeiramente empenhada, é claro que o que pensam ou dizem é importante.» (Finlândia, rapariga)

Os **meios de comunicação** foram identificados como outra fonte de influência relativamente à qual as crianças são ambivalentes. São considerados positivos na medida em que oferecem acesso à informação e permitem estar em contacto com o mundo, mas também negativos porque mostram violência, promovem o materialismo e possibilitam o contacto com pessoas que tentam prejudicar as crianças:

«Há muita violência na televisão. Mas também tem um lado bom porque nos dá informações.» (Roménia, rapaz)

A polícia e os representantes da «lei» tendem também a ser vistos de formas muito díspares, algumas positivas, outras negativas:

«É importante que uma sociedade aplique certas leis a fim de manter a paz.» (Alemanha, rapaz)

«Se estivermos num grande grupo, a polícia julga-nos imediatamente. Somos discriminados sem razão.» (Irlanda, rapariga)

A maioria das crianças considera a política e os políticos como algo remoto:

«A sua influência é bastante fraca. Por enquanto, quando não se tem realmente grandes responsabilidades, a sua influência é modesta.» (França, rapaz)

3.4 AS CRIANÇAS FAZEM OUVIR AS SUAS VOZES

Por último, ao analisar as experiências dos inquiridos sobre o facto de ser criança em 2010, perguntou-se-lhes em que medida consideravam que as suas vozes eram ouvidas na sociedade.

A grande maioria dos jovens indicou estar satisfeita com a forma como as suas vozes são ouvidas pelos pais, pela família mais alargada e pelos amigos.

«Sabemos que os nossos pais são os nossos pais. Ouvem-me e aceitam também a minha opinião. Por vezes respeitam-na, por vezes não.» (Luxemburgo, rapariga)

«Os meus pais tentam tratar-me em pé de igualdade e respeitam as minhas opiniões, mas a mãe do meu melhor amigo trata-o como um bebé incapaz de tomar decisões sensatas.» (República Checa, rapaz)

A autoridade parental é amplamente aceite, embora alguns jovens desta faixa etária estejam a começar a aceitá-la mal:

«Ser livre, estar longe dos meus pais; estar sozinho na minha própria casa. Não gosto quando me gritam e me perguntam onde estive, ou o que estive a fazer.» (Roménia, rapariga)

«Chateiam-nos. Dizem esta é a minha casa e estas são as regras que se aplicam aqui.» (Eslovénia, rapaz)

Fora do círculo imediato da família e dos amigos, a maioria das crianças reconhece que geralmente pode dizer o que pensa e participar nas decisões, mas aquilo de que muitos sentem falta é de ser ouvidos sobre as «questões importantes» que influenciam as suas vidas, como por exemplo as leis relativas ao sistema educativo.

«Quero que tomem medidas depois de nos ouvirem. Actualmente não há qualquer diferença entre manifestar uma opinião ou não. A conversa é apenas uma perda de tempo inútil.» (Lituânia, rapaz)

«Gostaria de dizer algo sobre o ambiente. Os adultos decidem tudo por nós, mas vão deixar-nos essa herança e teremos de ser nós a resolver o problema.» (Países Baixos, rapariga)

«Ter mais direitos, não só para poder exprimir as nossas opiniões mas também para fazer com que as nossas vozes sejam ouvidas e tidas em conta. Temos este direito, mas não é respeitado.» (Lituânia, rapariga)

Todavia, alguns jovens exprimiram opiniões mais positivas sobre a forma como são ouvidos:

«Quando retiraram os campos de basquetebol, enviei uma carta e passado um mês reinstalaram um campo de basquetebol.» (Bélgica, rapaz)

«Actualmente prestam mais atenção aos jovens... todas as pessoas podem dar um pequeno contributo para a sociedade.» (Dinamarca, rapaz)

Os principais domínios em que os participantes sentem que a sua voz não é suficientemente ouvida são a escola e, em menor grau, a política. Em relação à política, alguns acolheriam com agrado a possibilidade de ter uma maior participação na política:

«O boletim informativo escolar independente, elaborado pelos estudantes para os estudantes, é às vezes censurado pelo gabinete do director da escola.» (Polónia, rapariga)

«Na minha escola, tudo o que dissemos foi ignorado. Não nos ouvem por causa da nossa idade.» (Espanha, rapariga)

«Não temos influência sobre as questões políticas, poderíamos andar com bandeiras e criar distúrbios de adolescentes, mas isso não mudaria nada porque não temos estatuto político.» (Reino Unido, rapariga)

«Em relação às leis, não decidimos, não votamos; são obrigatórias, mas não escolhemos; os nossos pais sim.» (França, rapariga)

Os jovens tendem a acreditar que actualmente são mais susceptíveis de ter influência se fizerem parte de um grupo:

«Temos a assembleia dos alunos na escola, há 3 representantes de cada turma e as nossas propostas são discutidas e normalmente aceites.» (Bulgária, rapaz)

«Não penso que se eu apresentar uma sugestão para baixar os impostos o façam rapidamente, mas se se fizer parte de um grupo que pensa da mesma forma, é possível obter alguma coisa.» (Dinamarca, rapaz)



© fotolia

4. Direitos da criança

Após ter examinado as opiniões das crianças sobre o que significa ser uma criança em 2010, o debate evoluiu para o conceito de direitos humanos em geral e de direitos da criança em particular. Pediu-se aos inquiridos que adoptassem um ponto de vista mais amplo, que abrangesse os direitos da criança em geral e não só as suas perspectivas pessoais.

4.1 O CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos e os direitos da criança não parecem ser temas muito presentes na vida quotidiana dos jovens cidadãos da UE. São capazes de falar bastante livremente sobre os direitos humanos quando solicitados, mas consideram mais difícil falar sobre os direitos específicos da criança.

A maioria das crianças conhece o conceito de direitos humanos, embora de forma muito geral e algo abstracta. As interpretações do conceito de direitos humanos, a sua origem e a forma como se manifesta variam:

«Os direitos humanos são os direitos de cada pessoa, homem ou mulher; surgiram após a Revolução [Francesa], e significam que todas as pessoas são iguais, que o indivíduo deve ser respeitado; os direitos das crianças são o mesmo conceito.» (França, rapaz)

«São as coisas fundamentais a que uma pessoa tem direito, as coisas de que se precisa realmente e das quais não se pode prescindir.» (Países Baixos, rapariga)

«Os direitos de uma pessoa devem acabar onde começam os direitos de outra.» (Chipre, rapaz)

«Já ouvi falar deles [direitos humanos], mas não sei o que são.» (Espanha, rapariga)

Na grande maioria dos países, as aulas na escola constituem a principal fonte de informação sobre o conceito de direitos humanos e liberdades para os inquiridos. A televisão, a Internet, os outros meios de comunicação e os pais são outros canais através dos quais os inquiridos tinham ouvido falar destes conceitos. Todavia, estas fontes só foram mencionadas em casos isolados.

Quando interrogados espontaneamente sobre os direitos humanos que consideram que as pessoas devem ter, os inquiridos apresentaram uma longa lista, claramente influenciada pelas suas preocupações enquanto crianças e para as crianças. A lista que se segue inclui todos os direitos mencionados com relativa frequência e classifica os por ordem com base nos direitos mais mencionados.

- Direito à educação;
- Liberdade de expressão;

- Alimentos/bebidas/ vestuário;
- Lugar para viver/alojamento;
- Direito aos cuidados de saúde;
- Direito à igualdade/evitar a discriminação;
- Liberdade religiosa;
- Liberdade de escolha;
- Direito a ter uma família/amor;
- Direito à vida;
- Direito à protecção contra os abusos/a violência;
- Direito à justiça;
- Direito ao trabalho;
- Direito à segurança;
- Direito a ter opções/orientação sexuais;
- Direito de voto/co-decisão;
- Direito a tempos livres;
- Direito de protecção contra o racismo.

- Direito de brincar/ter uma infância;
- Direito de escolher o lugar de residência (em caso de divórcio dos pais);
- Direito de praticar desporto;
- Protecção das vítimas de pornografia infantil/abuso sexual/prostituição;
- Direito de cometer erros/de não ser castigado;
- Direito à informação;
- Direito à protecção da identidade/segurança da Internet/protecção contra o assédio via Internet;
- Direito a receber ensinamentos/ser preparado para viver de forma independente quando adulto;
- Direito a dispor de mais informações antes de fazer opções na escola;
- Direito de não ser obrigado a trabalhar;
- Direito a ser ouvido;
- Direito de crescer lentamente.

4.2 DIREITOS ESPECÍFICOS DAS CRIANÇAS

A maioria dos inquiridos considerou que os direitos das crianças deviam ser basicamente os mesmos que os direitos humanos mais gerais que tinham identificado.

Todavia, quando lhes foi perguntado que direitos podiam sugerir especificamente para as crianças, foi formulada uma vasta lista de sugestões suplementares. As principais sugestões, novamente classificadas em função da frequência com que foram mencionadas, são incluídas na seguinte lista:

A maior parte dos direitos sugeridos diz respeito a conceitos relativamente abstractos; informação, amor, respeito, viver numa sociedade correcta. Um segundo grupo consiste em apoiar os direitos dos outros, considerados como mais vulneráveis (com problemas físicos ou com dificuldades de aprendizagem).



© istockphotos

5. Ajuda e apoio

Os inquiridos foram continuamente incentivados a reflectir sobre as formas como o «mundo dos adultos» poderia **apoiar e proteger melhor os direitos das crianças** e **facultar informações às crianças** sobre esses direitos. O presente capítulo resume os principais temas que surgiram neste domínio e apresenta exemplos de sugestões apresentadas pelas crianças nos grupos. Para além de sugerirem as questões essenciais que gostariam de ver tratadas e o tipo de apoio que as crianças apreciariam, também apresentaram ideias sobre quais os grupos de crianças mais vulneráveis e sobre as questões específicas a tratar e os domínios em que pode ser prestado apoio.

Os inquiridos discutiram eventuais formas de reforçar a protecção dos direitos das crianças. As prioridades variam entre os Estados-Membros, mas surgiram alguns temas comuns sobre o que os jovens pretendem:

- **Mais apoio financeiro** para os desfavorecidos;
- **Mais informações** sobre os direitos das crianças e sobre os locais onde devem dirigir-se para pedir ajuda e orientação;
- **Mais apoio psicológico** nas escolas para os jovens em situação de risco;
- **Mais instalações para os jovens** - centros, organizações de juventude, instalações desportivas - para que possam dispor de um lugar seguro;

- **Aplicação das leis em vigor** para proteger melhor as crianças, nomeadamente as leis que protegem as crianças do «bullying», e maior disponibilidade da polícia para ouvir as crianças e respeitar os seus direitos.

Na primeira parte da presente secção, são evocadas as actuais fontes de apoio mencionadas pelas crianças, na segunda são apresentadas as suas ideias sobre as fontes e tipos de apoio adicionais que desejariam e, em terceiro lugar, uma descrição dos diferentes tipos de crianças que consideram vulneráveis e eventuais soluções específicas para ajudar e apoiar estes grupos vulneráveis.

5.1 FONTES DE APOIO ACTUAIS

Ao reflectirem sobre a questão dos seus direitos, é óbvio que as crianças tendem a pensar imediatamente sobre os direitos e o que significam para si no contexto da **vida familiar** e **escolar**. Por conseguinte, foi nestes dois contextos que a maioria dos jovens pensou quando discutiu a forma como reagiriam se sentissem os seus direitos ameaçados. Relativamente a este ponto, foram sublinhadas as actuais fontes de apoio. Em primeiro lugar, foram referidas as principais fontes de apoio em que as

crianças confiam e seguidamente as que utilizam apenas ocasionalmente ou em circunstâncias especiais.

Quando se lhes perguntou o que fariam se enfrentassem uma situação em que os seus direitos fossem negados ou violados **em casa** (por exemplo, através de actos de violência, negligência ou abuso), a maioria de crianças da UE afirmou que **se dirigiria** em primeiro lugar **à sua família e amigos**:

«A nossa família diz-nos o que fazer porque nos conhece e conhece a vida. Nem sempre nos conhecem bem, mas às vezes podem realmente ajudar-nos.» (Polónia, rapaz)

«Falo dos meus problemas com alguém que conheço bem.» (Países Baixos, rapariga)

«Uma rapariga a quem o pai bateu pode pedir ajuda à avó.» (Bélgica, rapariga)

«Pode-se falar mais com os irmãos do que com os pais.» (Itália, rapaz)

«Os amigos influenciam-me positivamente. Quando tenho problemas, ajudam-me.» (Roménia, rapaz)

No entanto, alguns afirmam preferir não falar sobre esses problemas com os pais ou os amigos, mas sim utilizar meios mais distantes para os resolver:

«Eu faria primeiro uma pesquisa na Internet, não gostaria de falar cara a cara com ninguém.» (Finlândia, rapariga)

Alguns prefeririam não falar de todo sobre estes problemas:

«A maioria das crianças suporta a situação, porque pensa que o problema não tem importância suficiente para falar com um professor ou a polícia.» (Estónia, rapaz)

No contexto da **violação dos direitos na escola**, os problemas considerados mais importantes são o **«bullying»** por parte de outras crianças e o **comportamento dos professores**, nomeadamente quando não levam suficientemente a sério as queixas de «bullying» e colocam as crianças sob uma pressão insustentável com a quantidade de trabalho que esperam delas.

No caso de serem vítimas de violação dos seus direitos na escola, a maioria dos jovens declara que falaria primeiro com os pais, embora nem todos se sintam à vontade para implicar os pais em todos os acontecimentos da escola:

«Diria aos meus pais... mas sentir-me-ia mal ao dizer-lhes que me batem na escola.» (Espanha, rapaz)

No que diz respeito ao «bullying», em especial, muitos não comunicariam o problema aos pais e prefeririam «encontrar as suas próprias soluções»:

«Resolveria esta situação com os meus amigos. Não precisamos da polícia ou dos adultos.» (Luxemburgo, rapaz)

As crianças também consideram os professores ou membros superiores do pessoal da escola como uma fonte de ajuda possível em todos os tipos de situações difíceis.

«Estão sempre presentes. Se tivesse de falar sobre um problema com alguém, há alguns professores a quem poderia recorrer para pedir conselhos.» (Irlanda, rapariga)

Contudo, nas situações em que é o professor que viola os direitos da criança, algumas crianças referiram a sua relutância em recorrer a outros professores ou mesmo aos pais devido às possíveis consequências:

«Se se falar dos problemas com um professor, por exemplo que tenha um comportamento racista, o professor pode-se virar-se contra nós e a escola não fará nada.» (Bélgica, rapaz)

Nalguns Estados-Membros, as crianças referiram a ajuda psicológica de que dispõem na escola. Quando este serviço existe, é considerado um serviço valioso, pertinente e apreciado.

«Falo com um psiquiatra sobre maus tratos; é alguém que não conheço e em quem tenho confiança, sei que pode ajudar-me.» (França, rapaz)

«Direito de falar com alguém de confiança, sem que os pais tenham conhecimento. Que respeita a privacidade... que não vai contar a ninguém, alguém com quem sentimos empatia.» (Bélgica, rapariga)

Nalguns casos, também foram mencionadas outras formas apreciadas de apoio suplementar proporcionadas pela escola, incluindo os conselheiros escolares, os advogados de menores, o apoio paroquial e as agências de protecção da infância.

Em geral, as crianças parecem estar satisfeitas com o apoio que recebem na escola, mas muitas gostariam de «muito mais»; em especial, o apoio de psicólogos, que podem proporcionar uma ajuda profissional, ou dos professores, capazes de detectar problemas.

5.2 OUTRAS FONTES DE APOIO

Muitas **crianças** de todos os países da UE **não têm conhecimento da existência de serviços e recursos específicos que podem utilizar quando têm problemas**, para além da família, dos amigos ou dos professores. Não obstante, ao longo do estudo, foram identificadas outras fontes de apoio possíveis, incluindo a **polícia, linhas de ajuda, serviços sociais e tribunais**.

Os jovens da faixa etária abrangida pelo presente estudo manifestam muita ambivalência relativamente à polícia; consideram que se deve recorrer à polícia em caso de problemas muito graves, mas esta suscita também sentimentos muito negativos. Nalguns casos, isto deve-se ao facto de serem vistos como parte da influência restritiva da sociedade nas vidas («direitos») dos jovens de 15-17 anos e, noutros casos, porque se considera que não levam suficientemente a sério as preocupações dos jovens ou, em casos mais extremos, não fazem esforços suficientes para investigar casos de violação dos direitos das crianças.

Recorrer aos circuitos oficiais é considerado pelos jovens de 15-17 anos como o último recurso, mas é claro que alguns recorrem à polícia em circunstâncias extremas, como por exemplo quando são vítimas de violência na rua:

«Escrevemos à polícia porque não havia mais ninguém a quem recorrer.» (Lituânia, rapaz)

A disponibilização de **linhas de ajuda** é, de um modo geral, apreciada. Os inquiridos consideram que é importante existir algum sítio para pedir ajuda e orientação a partir de uma fonte independente, em caso de necessidade. Nalguns

países, as crianças também manifestaram apreço pelas organizações oficiais ou voluntárias criadas para as ajudar.

Os **serviços sociais** são considerados fontes de ajuda suplementares úteis quando disponíveis. Embora poucas crianças os tenham mencionado, os que os referiram fizeram-no de forma positiva.

Tal como os serviços sociais, o papel dos **tribunais** no apoio aos direitos da criança foi mencionado com pouca frequência, mas, quando referido, os comentários tenderam a ser positivos. Consideraram que os tribunais não só «repreendem», mas constituem também formas de encontrar soluções para os jovens com problemas.

5.3 FONTES DE APOIO PREFERIDAS

Para além de reflectirem sobre a quem se dirigiriam actualmente para procurar apoio se sentissem que os seus direitos estavam a ser violados, também se pediu aos inquiridos que apresentassem sugestões sobre as formas como gostariam de ver o «mundo dos adultos» comunicar e proteger melhor os direitos das crianças. Destes debates depreende-se que as crianças não se sentem muito capacitadas neste domínio e reconhecem a sua inexperiência. Assim, ao analisarem a questão de onde deve vir o apoio aos direitos das crianças, tenderam a concentrar-se em duas fontes principais:

- Os adultos próximos das crianças, especialmente os **pais e os professores**;
- As **autoridades e instituições públicas** (a nível local, regional, nacional ou mesmo europeu).



Pais e professores: Os jovens consideram que, em muitos casos, os adultos próximos das crianças poderiam desempenhar um papel mais importante para prevenir violações ou infracções aos seus direitos e que estes devem «detectar sinais de alarme». Por exemplo, foi sugerido que os adultos deveriam «notar» quando as crianças se tornam mais silenciosas, reservadas ou parecem inseguras:

«Os pais deveriam conversar mais com os filhos.» (República Checa, rapariga)

«Não podemos fazer muito; cabe aos nossos pais tratar os problemas.» (França, rapariga)

Geralmente os jovens pretendem o apoio de um adulto, em privado e frente a frente, mas alguns afirmaram que preferiam o apoio de especialistas independentes, mesmo que este tenha de ser prestado à distância, como por exemplo o apoio em linha às vítimas de intimidação via Internet.

Nalguns casos, as crianças sentem que os pais, ainda que sejam bons pais, podem estar «demasiado ocupados» para os filhos, não lhes consagrando tempo e atenção suficientes devido ao seu trabalho ou a outras responsabilidades. É claramente importante para os jovens que os pais estejam «disponíveis».

O papel das **autoridades e das instituições públicas** é amplamente reconhecido, embora os jovens que participaram no estudo sejam algo vagos nas designações e na terminologia que empregam ao falar delas. No entanto, depreende-se da discussão que os jovens consideram que as administrações públicas têm um papel importante a desempenhar em cinco domínios essenciais:

- Apoio às iniciativas destinadas aos jovens;
- Mudança das atitudes do público e comunicação de informações;
- Implicação dos jovens nas decisões (tanto nas que os afectam directamente como nas decisões mais gerais);
- Programas de desenvolvimento específicos;
- Defesa e aplicação da lei.

É evidente que os jovens esperam que a participação das administrações públicas seja generosa e firme; não desejam que o Estado preste simplesmente assistência material às famílias de crianças em situação de risco, pretendem também que seja firme na sua actuação, a fim de assegurar o respeito da legislação em matéria de direitos das crianças e a respectiva execução activa em caso de violação.

Assinalaram que é importante que os jovens saibam que podem obter ajuda e que a situação pode melhorar:

«Os adultos devem fazer todo o possível para que os jovens compreendam que o problema tem solução e não tenham a impressão de que o mundo é mau.» (Letónia, rapariga)

As principais sugestões dos jovens relativamente ao apoio são descritas a seguir.

5.3.1 APOIO ÀS INICIATIVAS DESTINADAS AOS JOVENS

Um dos temas comuns abordados foi a melhoria das instalações destinadas aos jovens, incluindo os espaços infantis, como áreas de lazer, parques infantis e campos desportivos, centros juvenis e centros de actividades. Os inquiridos consideram que estas medidas beneficiariam todas as crianças, em especial as mais vulneráveis:

«Mais lugares para os jovens se poderem encontrar sem incomodarem as outras pessoas.» (Países Baixos, rapaz)

«Enquanto adolescente, estás no meio. As crianças podem ir para parques infantis e outros parques e os adultos ou os jovens com mais de dezoito anos podem fazer o que querem, mas para os adolescentes não há nada. Estão mesmo no meio.» (Irlanda, rapariga)

«Mais centros recreativos para os jovens.» (Suécia, rapariga)

Não se trata só de mais lugares para os jovens se reunirem e desenvolverem actividades, alguns sugeriram que fossem também lugares de acolhimento e refúgio para os pobres ou desfavorecidos:

«Criar centros abertos onde as crianças e os jovens adultos se possam associar, encontrar, divertir, jogar, dispor de uma pessoa competente a quem recorrer em caso de problemas pessoais e outros.» (Eslovénia, rapariga)

5.3.2 MUDAR AS ATITUDES DO PÚBLICO E PRESTAR INFORMAÇÕES

Os jovens da UE sugerem que o «Estado» poderia desempenhar um papel mais activo na sensibilização da opinião pública e na mudança de atitudes sobre os direitos das crianças e os riscos que estas enfrentam.

«Os representantes dos centros de acolhimento e outras instituições devem ir às escolas informar os estudantes sobre as questões relacionadas com os centros em que trabalham e sobre os direitos das crianças.» (Chipre, rapaz)

«Criar a Fundação dos Direitos da Criança.» (Países Baixos, rapariga)

Um tema recorrente foi a informação dos próprios jovens, tendo muitos deles sugerido que se deveria insistir mais numa maior sensibilização para os direitos das crianças nas escolas:

«Começar cedo [a falar sobre os direitos humanos] e a participar, de modo a que se torne uma questão óbvia.» (Suécia, rapariga)

«A escola enquanto lugar de esclarecimento sobre os direitos humanos.» (Alemanha, rapaz)

«Poderiam criar centros para jovens, com uma linha de emergência disponível 24 horas por dia. Poderiam aconselhar a quem devemos dirigir-nos em caso de emergência... para accionar os serviços sociais locais. O 112 é o número para as emergências médicas, não vamos ligar para este número.» (Portugal, rapariga)

É evidente que os jovens gostariam de dispor de mais informações sobre as potenciais ameaças aos seus direitos e sobre onde se dirigir para pedir ajuda. Foram apresentadas muitas sugestões sobre as formas como esta informação poderia ser facultada, nomeadamente:

- A escola, através das aulas e de vias mais informais;
- Organizações específicas criadas para o efeito;
- Disponibilização de números de telefone especiais;
- Eventos ou campanhas de comunicação;
- Programas televisivos de sensibilização pública/social, no horário nobre, que forneçam dados de contacto de fácil acesso;
- A Internet;
- Anúncios ou debates em lugares onde os jovens se reúnem nos tempos livres.

«Publicar folhetos informativos com os números de telefone para as quais os jovens podem ligar e distribuí-los nas escolas, câmaras municipais, lojas.» (França, rapariga)

«A informação de que não dispomos é o nome e os dados de contacto da agência de protecção da infância e de todas as instituições responsáveis pelos direitos das crianças.» (Bulgária, rapariga)

Os inquiridos sublinharam que, para comunicar com eles, é importante utilizar as tecnologias modernas, os mesmos meios de comunicação que utilizam todos os dias:

«Deveria existir um sítio de Internet com todos os endereços para ajudar as crianças.» (Luxemburgo, rapaz)

«Utilizamos frequentemente a Internet, sítios como o Facebook, comunicamos imenso, podemos ver tudo e sabemos o que está a acontecer.» (França, rapaz)

A ideia de um grupo ou entidade especial especificamente criada para defender os direitos das crianças, um representante («champion») das crianças ou um provedor dos direitos da criança seria bem acolhida. Alguns inquiridos reconheceram a necessidade da existência de um advogado e de um porta-voz para os direitos da criança:

«Precisamos de instituições especiais para as crianças mais novas. Há muita burocracia e as crianças dos 10 aos 14 anos não sabem como lutar contra isto.» (Alemanha, rapaz)



5.3.3 IMPLICAR OS JOVENS NAS DECISÕES

Alguns jovens deixaram claro que gostariam de desempenhar um papel mais activo no debate sobre as decisões que afectam as suas vidas e as suas comunidades ou, pelo menos, ter a oportunidade de o fazer. Alguns mostraram-se favoráveis à ideia de criar parlamentos de jovens ou outras formas de implicação dos jovens no processo político:

«Precisamos de um parlamento de jovens... Há um Parlamento Europeu, mas precisamos de um irlandês.» (Irlanda, rapaz)

«Não compreendem que nós, os jovens, temos boas ideias.» (Suécia, rapaz)

Alguns sentem-se frustrados com a sua actual falta de poder, mesmo nos casos em que aparentemente lhes foi dada voz:

«Os alunos não têm a possibilidade de ser ouvidos, nem sequer quando são representantes de alunos. Têm de aceitar tudo, independentemente do número de argumentos que apresentem.» (Alemanha, rapariga)

Alguns jovens consideram que as crianças mais velhas devem ter o direito de votar, mas foram mais numerosos os que manifestaram a opinião, nalguns casos de forma bastante vigorosa, de que os governos devem procurar com mais frequência as opiniões dos jovens, nomeadamente quando elaboram leis que os afectam.

5.3.4 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ESPECÍFICOS

No âmbito das reuniões dos grupos, os inquiridos propuseram todo um leque de programas de desenvolvimento específicos, alguns dos quais dizem respeito ao sistema educativo. Foi sugerido, por exemplo, o investimento na formação dos professores para os ajudar a levar a sério os problemas de violência e de «bullying»:

«Mais formação para que os professores reconheçam os sinais de abuso e problemas familiares.» (Reino Unido, raparigas)

«Quando se passa na escola, os professores deveriam ajudar; são eles que podem notar que uma criança é maltratada e detectar quem a está a maltratar.» (França, rapariga)

Nalguns Estados-Membros, os jovens mostraram-se mais interessados nos níveis globais de investimento nas escolas:

«Investir nas escolas. Por que razão não há água quente nas escolas?» (Hungria, rapariga)

«Os salários dos professores deveriam ser aumentados; desta forma, eles empenhar-se-iam mais no seu trabalho.» (Lituânia, rapaz)

Os jovens apelaram também a um maior apoio à educação e às ajudas neste domínio, como por exemplo bolsas de estudo, bem como uma maior ajuda financeira e apoio às actividades extracurriculares destinadas às crianças em situação de pobreza. Muitos defenderam também um maior apoio por parte de psicólogos nas escolas e outras instituições para crianças:

«Haver um psicólogo disponível em cada escola, em cada orfanato.» (Eslováquia, rapaz)

Outros sugeriram a realização de exames de saúde sistemáticos junto dos jovens (não só os bebés e as crianças jovens).

5.3.5 DEFESA E APLICAÇÃO DA LEI

Em muitos Estados-Membros, um tema recorrente diz respeito ao facto de os jovens sentirem que a legislação relativa aos direitos das crianças não está a ser defendida com suficiente vigor. Os jovens consideram que é importante incentivar professores e outras pessoas a respeitar as regras que protegem os jovens:

«Faria com que as pessoas cumprissem as regras que já existem, mas que não são respeitadas, por exemplo na escola não deve haver testes às segundas-feiras, o fim-de-semana deve ser um tempo de descanso, mas quando os professores dão muitos trabalhos de casa não há fim-de-semana porque se tem de estar sempre a estudar.» (Estónia, rapariga)

Nalguns Estados-Membros, os jovens sugeriram que as sanções aplicáveis aos autores de violência contra as crianças poderiam ser mais severas:

«Existe a lei, não é preciso inventar nada... É apenas necessário fazê-la respeitar... uma aplicação mais estrita e mais controlos policiais do Governo.» (Itália, rapaz)

As crianças desejam que as leis existentes sejam aplicadas de forma estrita para os proteger a eles e à sociedade:

«Ouve-se falar muito de violência doméstica e de casos em que os serviços de protecção da infância vão à casa de uma criança vítima de abusos e não fazem nada... e depois todos parecem surpreendidos.» (Áustria, rapaz)

Na mesma linha, os inquiridos propuseram frequentemente como prioridade reformas jurídicas, incluindo a imposição de sanções mais severas para os que violam os direitos das crianças e mais controlos policiais para impedir tais violações.

5.4 PRIORIDADES MÁXIMAS

No final das reuniões dos grupos e tendo em conta todas as questões debatidas e as sugestões apresentadas, pediu-se aos participantes que identificassem a iniciativa que gostariam que o «mundo dos adultos» tomasse para reforçar, apoiar ou proteger melhor os direitos das crianças. Verificou-se uma grande coerência nas sugestões apresentadas, tendo emergido três prioridades principais:

- Disponibilização aos jovens de meios para estes poderem aceder à informação e à ajuda;
- Contribuição financeira da administração central ou local (Estado) para disponibilizar apoio psicológico e instalações para as crianças poderem brincar/divertir-se em segurança;
- Aplicação mais estrita das leis que protegem os direitos da criança.

Além disso, foram apontadas algumas prioridades secundárias, como por exemplo:

Os **adultos** que vivem ou trabalham com crianças devem:

- estar mais atentos aos sinais de alerta das crianças;

O **Estado** e as autoridades devem:

- Aumentar a sensibilização/impedir atitudes discriminatórias;
- Prestar ajuda material aos que dela precisam (apoio financeiro, educação, ajuda);
- Promover mais a participação das crianças nas decisões que as afectam e na vida social e política.

5.5 APOIO SUGERIDO PARA OS GRUPOS VULNERÁVEIS

Pediu-se aos inquiridos que reflectissem sobre os grupos de crianças que consideram particularmente vulneráveis, sendo mencionados abaixo os principais. Um aspecto deste debate centrou-se no que, na opinião dos inquiridos, deveria ser feito para proteger e garantir melhor os direitos destes vários grupos de crianças vulneráveis.

5.5.1 CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA E DE ABUSOS SEXUAIS

As principais medidas sugeridas para tratar as questões relacionadas com os direitos das crianças deste grupo foram as seguintes:

- Maior vigilância por parte dos professores;
- Prestar mais atenção às famílias em que se suspeita da existência de abusos;
- Reduzir o acesso dos pais ao álcool/às drogas;
- Mais informações sobre as fontes de aconselhamento e ajuda;
- Acesso a apoio psicológico;
- Encorajar os jovens a falar se forem vítimas de violência;
- Prestar atenção aos canais em linha e electrónicos, que podem facilitar os abusos.

Registou-se um consenso entre os inquiridos de todos os Estados-Membros de que existem crianças que correm o risco de ser vítimas de violência, que necessitam de protecção. Para os inquiridos, esta violência é principalmente de três tipos:

- Violência física e abusos em casa;
- Abuso emocional, verbal e psicológico em casa;
- Violência na comunidade: crimes implicando armas brancas e de fogo.

A casa é o sítio onde os inquiridos consideram que as crianças correm maior risco de **violência** durante períodos prolongados.

«Se uma criança tiver problemas, psicológicos ou outros, a origem é muito provavelmente a família e vice-versa. Naturalmente, uma família boa e estável dará origem a uma pessoa equilibrada.» (Bulgária, rapariga)

Este tipo de violência está frequentemente escondida e as crianças que dela são vítimas não ousam falar. Esta realidade foi sistematicamente mencionada em todos os Estados-Membros.

«Os jovens a quem os pais ou as mães batem não deveriam fazer parte de uma família porque são maltratados. São famílias onde não há carinho. As pessoas pensam que é uma família, mas não sabem necessariamente o que se passa por trás das aparências.» (Reino Unido, rapariga)

Pôde ser observado um nível de sensibilização relativamente elevado no que diz respeito à questão dos **abusos sexuais**. Alguns inquiridos exprimiram a opinião de que as raparigas correm mais riscos a este respeito do que os rapazes. Por exemplo, algumas raparigas declararam que se sentiam «extremamente impotentes» quando os rapazes tentam tocar-lhes contra a sua vontade «em recantos escondidos» da escola e insistem em que elas «não contem a ninguém».

Os inquiridos também debateram a situação das crianças vítimas de **rapto e sequestro** para fins sexuais:

«Algumas crianças são raptadas e forçadas a fazê-lo e não deviam, está errado. É contra os direitos da criança.» (Reino Unido, rapariga)

Os inquiridos consideraram que a **violência na comunidade** impede as crianças e os jovens de terem liberdade de movimentos como gostariam de ter ou de se integrarem plenamente na sociedade:

«As crianças não podem ir aos parques porque têm medo. Têm receio de ser vítimas de "bullying" ou de ser atacadas com uma navalha. Não podem ir a lado nenhum. Fico em casa porque não posso ir a lado nenhum. Precisamos de ter um lugar seguro e positivo.» (Reino Unido, rapaz)

«Não vou a lugar nenhum sozinha à noite e estou sempre a olhar para trás para ver se alguém me está a seguir. Tenho muito medo.» (Hungria, rapariga)

Considerou-se que os principais perigos para os jovens apanhados nestas situações são: os próprios maus tratos físicos ou psicológicos; a incapacidade de falar do abuso; não poder circular tão livremente como os outros; os riscos associados à pobreza e as suas consequências; e, em casos extremos, ser vítima de abusos sexuais ou ser separado da família.

Foram apresentadas muitas sugestões sobre a melhor forma de tratar a questão das crianças vítimas de violências e abusos. Uma delas preconiza a disponibilização de mais informações às crianças sobre os recursos existentes no caso de serem vítimas.

Considerou-se importante que as crianças possam discutir mais abertamente esta questão e que haja pessoas disponíveis para falar com elas; a este respeito, considerou-se que as escolas tinham um papel central a desempenhar:

«Integraria no programa escolar algumas aulas consagradas ao debate sobre a violência e à transmissão de informações; o que se deve fazer quando se é vítima de violência em casa, na escola ou na rua. Na escola nunca falam sobre isto.» (Estónia, rapariga)

«É preciso que os professores tenham a possibilidade de apresentar queixa, de denunciar certos pais às autoridades.» (França, rapariga)

Em vários Estados-Membros, as **drogas**, em especial o **álcool**, foram referidos como **factores que contribuem para a violência contra as crianças**, tendo sido sugerido que os controlos sobre a venda de bebidas alcoólicas deveriam ser reforçados:

«É muito importante acabar com isto. As consequências, nomeadamente do consumo de álcool, podem ser fatais.» (Bulgária, rapaz)

Muitos jovens sentem que os direitos das crianças neste domínio seriam mais bem protegidos se as sanções aplicadas aos autores das infracções fossem mais severas:

«As pessoas que abusam de crianças devem ser condenadas a penas de prisão mais longas.» (Suécia, rapariga)

5.5.2 AS CRIANÇAS VÍTIMAS DE «BULLYING»

Entre as principais medidas sugeridas para abordar a questão dos direitos das crianças pertencentes a este grupo foram propostas:





- Os professores e os pais deveriam ouvir mais e tomar medidas em caso de «bullying»;
- As crianças deveriam falar com os amigos e receber ajuda deles;
- Apoio psicológico às vítimas.

O «bullying» é uma questão que preocupa as crianças em quase todos os Estados-Membros e estas sentem que o tema não é levado suficientemente a sério; muitas delas foram vítimas de «bullying» ou testemunhas em primeira mão, principalmente na escola.

Os riscos que os inquiridos associam ao «bullying» incluem: os perigos associados à violência física; sentimento de perda de dignidade e humilhação; impossibilidade de discutir o problema; exclusão social e sofrimento por ver que a situação não é levada a sério pelos que têm autoridade.

«Se falarmos sobre "bullying" em casa e os pais contactarem a escola, a situação só piora.» (Finlândia, rapaz)

O assédio «virtual», ou seja, através da Internet ou dos telemóveis, foi pouco mencionado. Contudo, foram reconhecidos os problemas específicos associados a este tipo de «bullying»:

«Através da Internet, é possível esconder-se atrás de uma identidade falsa que facilita o "bullying" ("mobbing").» (Luxemburgo, rapaz)

«Há algumas semanas recebi um SMS com uma ameaça de morte, sem aparecer nenhum número no meu telemóvel... afinal parece que foi um amigo, mas fiquei assustada... mas como se pode controlar isto? E não se pode controlar todos os números, é uma violação das leis da privacidade...» (Bélgica, rapariga)

Em quase todos os Estados-Membros, os inquiridos consideraram que não são tomadas medidas suficientes para resolver o problema do «bullying». Sentem que é um problema que não é levado suficientemente a sério; consideram que as vítimas não são ouvidas e que não são tomadas medidas suficientes para o prevenir.

Algumas sugestões de soluções apresentadas relativamente ao tema mais vasto da violência contra as crianças foram também avançadas no que se refere ao «bullying», nomeadamente incentivar as crianças a falarem com os pais e professores e fazer com que estas pessoas tomem medidas:

«Os professores têm de se interessar pela questão, investigar e falar com os pais.» (Espanha, rapariga)

«No início do ano, chegou uma nova aluna de outra escola e intimidámo-la, mas quando o nosso professor descobriu falou connosco e pedimos desculpa... compreendemos que era difícil para ela.» (Lituânia, rapaz)

Também foi sugerido que a presença de psicólogos escolares ajudaria de alguma forma a resolver o problema do «bullying», embora sublinhando que a confidencialidade é importante para as crianças quando falam com adultos sobre «bullying» ou violência.

5.5.3 CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA

Entre as principais medidas sugeridas para abordar a questão dos direitos das crianças pertencentes a este grupo foram propostas:

- Mais bolsas de estudo e apoio escolar aos pobres;
- O Estado deve criar mais emprego para os pais de famílias que vivem na pobreza;
- Mais lugares de acolhimento para as crianças pobres/eventos para promover a inclusão social.

Os jovens de todos os Estados-Membros consideram que a pobreza constitui um factor-chave no que diz respeito à ameaça aos direitos das crianças. Os inquiridos tenderam a considerar relativamente fácil identificar-se com os que vivem na pobreza e sentir empatia com eles. Reconheceram que as crianças que vivem na pobreza tendem a ter pior qualidade de vida e oportunidades mais limitadas, não só enquanto são crianças, mas também quando se tornam adultos.

«As pessoas pobres são excluídas de todos os lugares porque não têm roupas apresentáveis.» (Hungria, rapaz)

Os jovens de alguns Estados-Membros expressaram a opinião de que a pobreza na infância reduz as oportunidades ao longo da vida:

«Não terá apoio nenhum em casa, a sua mãe depende da segurança social e por isso não terá muitas oportunidades de mudar este modelo, de ter uma boa carreira.» (Dinamarca, rapaz)

Alguns associam também o impacto negativo da pobreza a algumas das suas manifestações menos graves, como por exemplo ter menos roupa e não ter dinheiro para saídas ou eventos:

«[A pobreza significa] não poder participar nas viagens de estudo ou não poder sair com os amigos.» (Alemanha, rapariga)

Os domínios em que se considera que os direitos das crianças em situação de pobreza estão mais ameaçados são os seguintes: condições de vida; discriminação; exclusão social; menos oportunidades para experiências/entretenimento; acesso reduzido aos cuidados de saúde e à formação contínua.

Os jovens consideram que, para defender os direitos destas crianças, um dos principais domínios prioritários é o apoio financeiro às crianças em situação de pobreza, em especial por parte do Estado ou da comunidade local:

«Apoio financeiro para as crianças pobres.» (França, rapaz)

«Eu aumentaria os abonos de família que o Estado concede às crianças.» (Roménia, rapariga)

Alguns inquiridos também sugeriram que deveriam ser dadas mais oportunidades de acesso à educação às crianças em situação de pobreza, por exemplo, oferecendo almoços na escola, manuais escolares, bolsas de estudo ou possibilidades de patrocínio.

Foi também amplamente mencionada a criação de empregos para os pais das crianças pobres. Os jovens estão conscientes da facilidade com que as crianças pobres podem ser excluídas das actividades e sugerem, como forma de aumentar a inclusão social, a criação de mais lugares para os quais possam ir.

5.5.4 CRIANÇAS QUE VIVEM EM INSTITUIÇÕES

Entre as principais medidas sugeridas para abordar a questão dos direitos das crianças pertencentes a este grupo foram propostas as seguintes:

- Intensificar os esforços para proporcionar uma família de acolhimento ou de adopção às crianças;
- Manter os laços familiares, sempre que possível;
- Permitir às crianças fazer parte da sociedade em geral e, por conseguinte, ter um «bom futuro».

Poucos inquiridos consideraram saber muito sobre as crianças que vivem em instituições, tendo-se centrado essencialmente nas crianças que vivem em orfanatos. Contudo, os jovens de muitos Estados-Membros consideram que as crianças que vivem em instituições estatais constituem um grupo particularmente vulnerável que necessita de apoio, nomeadamente apoio emocional:

«Vivem isolados das outras pessoas.» (Bulgária, rapariga)

«Não penso que possam ter um computador ou abrir o frigorífico e servir-se à vontade.» (Lituânia, rapaz)

«Estão sozinhos e tornam-se adultos muito cedo, assumem responsabilidades. Precisam de brincar e divertir-se, ter alguém com quem falar.» (Dinamarca, rapariga)

Considera-se que as crianças que vivem em instituições carecem de apoio emocional, sofrem de negligência física, é-lhes negada uma vida familiar normal, não têm o mesmo acesso à educação e têm de encontrar o seu próprio caminho depois de fazerem dezoito anos.

Muitos dos inquiridos reconheceram a importância da vida familiar para garantir todos os direitos das crianças. Por conseguinte, numa maioria de países, os jovens inquiridos gostariam que todas as crianças fossem integradas em famílias, se possível através da adopção ou em famílias de acolhimento, e não em instituições.

Foi sugerido que fossem envidados todos os esforços para permitir às crianças permanecer com os irmãos e irmãs e manter algum tipo de «laço familiar» na medida do possível:

«As crianças que vivem em orfanatos deveriam ter pelo menos alguns familiares a quem recorrer e com quem falar para sentirem que pelo menos têm alguma forma de família.» (Estónia, rapaz)

5.5.5 CRIANÇAS SEM ABRIGO, CRIANÇAS QUE VIVEM NA RUA E CRIANÇAS SEM ESTATUTO OFICIAL

Entre as principais medidas sugeridas para abordar a questão dos direitos das crianças pertencentes a este grupo foram propostas as seguintes:

- Dar ajuda material;
- Certificar-se de que sabem qual a ajuda disponível.

Ao ser-lhes pedido que pensem nas crianças vulneráveis, os inquiridos têm conhecimento das que vivem fora das estruturas normais da sociedade e que, por conseguinte, correm o risco de os respectivos direitos serem ignorados ou violados. Consideram que as crianças sós e sem um tecto

ou as crianças de famílias sem abrigo são particularmente vulneráveis e expostas a perigos.

«As crianças que vivem na rua estão expostas a maiores perigos e à violência. Correm o risco de não ter comida e bebidas suficientes e portanto estão mais expostas a doenças.» (Malta, rapaz)

«Às vezes vejo estas crianças pobres na estação do metro, têm de dormir lá, mas penso que a culpa é das mães.» (Áustria, rapaz)

Os principais domínios em que sentem que os direitos destas crianças estão ameaçados são a saúde e a educação, a «falta de oportunidades» na infância, a falta de identidade e a falta de oportunidades na vida a longo prazo.

«Temos de estar em casa às dez horas; é quando a droga entra em cena. Essas crianças vêem o que acontece e estão expostas à droga.» (Países Baixos, rapaz)

As principais sugestões para ajudar estas crianças dizem respeito a «tirá-las da rua» e atender às suas necessidades físicas imediatas.

5.5.6 CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Entre as principais medidas sugeridas para abordar a questão dos direitos das crianças pertencentes a este grupo foram propostas as seguintes:



- Prestar ajuda material (equipamento) e acesso;
- Mais oportunidades de integração para as crianças com deficiências;
- Assegurar o pleno acesso às oportunidades educativas.

Em cerca de metade dos Estados-Membros abrangidos pelo estudo, os jovens referiram-se especificamente às crianças com necessidades físicas ou psicológicas especiais como crianças particularmente vulneráveis:

«Algumas crianças deficientes estão isoladas da sociedade. Não podem comunicar com a família, não podem brincar, não têm tempos livres.» (Letónia, rapariga)

Os inquiridos sentem que os direitos destas crianças correm riscos nos seguintes domínios: acesso mais difícil a diversos lugares; ficar «fechado» com outras crianças com necessidades especiais; não ter oportunidades de novas experiências; falta de compreensão da comunidade e má integração na mesma.

«Sempre que vou ao supermercado, os jovens riem de mim porque tenho as pernas curvadas e coxeio. É uma sensação muito desagradável. Perguntei-lhes por que me fazem isto, porque eu não lhes fiz mal nenhum.» (Hungria, rapariga)

Na maioria dos países, os inquiridos compreenderam que as crianças com necessidades especiais enfrentam um certo isolamento social e reconheceram também que as suas próprias respostas podem por vezes ser inadequadas ou inúteis, devendo-se isto mais à sua falta de jeito do que a qualquer outra coisa. Fizeram notar que alguns dos riscos para os direitos das crianças com necessidades especiais podem advir das outras crianças, que não sabem como comportar-se e o que fazer.

Os inquiridos consideraram que as crianças com necessidades especiais correm o risco de ser marginalizadas se forem impedidas de se misturar plenamente com as outras ou de ter acesso às mesmas instalações ou recursos. Muitos reconhecem que integrar as crianças com necessidades especiais com crianças sem estas necessidades pode ser positivo.

«Na nossa escola há um rapaz que anda de cadeira de rodas. Mas não quer ser tratado de forma diferente. A única coisa que é diferente nele é que vem um autocarro especial trazê-lo à escola e ajudamo-lo a comprar o leite com chocolate no intervalo. Há alguns idiotas que o discriminam, mas há imensa gente que o ajuda.» (Luxemburgo, rapaz)

Chegou-se a um amplo consenso sobre os tipos de apoio que devem ser prestados às crianças com necessidades especiais, tanto físicas como mentais. Foram principalmente

mencionados a necessidade de uma maior integração, mais ajuda a nível prático, disponibilização de equipamento e maior liberdade de acesso:

«[Deveria haver] dinheiro para financiar medicamentos, cadeiras de rodas, terapias especiais, como por exemplo a terapia com cavalos. Integrar as crianças com deficiências com crianças saudáveis, educar as crianças saudáveis para que estas compreendam as dificuldades das crianças deficientes, torná-las membros úteis da comunidade, evitar tratar estas crianças, particularmente as que sofrem de uma incapacidade física visível, com compaixão.» (Eslováquia, rapariga com necessidades especiais)

«Educação: as crianças com deficiência são frequentemente inscritas em escolas especiais, o que não é muito útil quando se procura um emprego mais tarde.» (Áustria, rapaz)

5.5.7 CRIANÇAS PERTENCENTES A GRUPOS ÉTNICOS MINORITÁRIOS E FAMÍLIAS DE IMIGRANTES

Entre as principais medidas sugeridas para abordar a questão dos direitos das crianças pertencentes a este grupo foram propostas as seguintes:

- Melhoria da integração geral nas comunidades locais;
- Acesso às mesmas oportunidades e a informações sobre os locais onde pedir ajuda em caso de necessidade;
- Apoio aos que vivem sozinhos/aos mais necessitados.

Embora a maioria dos inquiridos reconheça que as crianças imigrantes constituem um grupo cujos direitos correm risco de ser negados, muitos mostraram-se muito mais relutantes em aceitar que estas crianças devam ser apoiadas ou ajudadas da mesma forma que os outros grupos das crianças vulneráveis.

Houve muita discussão sobre a questão do racismo. Alguns inquiridos consideram que estas atitudes estão a diminuir:

«Penso que o racismo já não é tão grave como antigamente, agora estamos mais habituados a ver crianças de outra cor ou diferentes na escola.» (Espanha, rapaz)

«Continua a existir discriminação, especialmente entre as pessoas mais velhas, mas entre os jovens penso que não existe muito racismo.» (França, rapaz)

Nem todos os comentários sobre as crianças imigrantes foram favoráveis ou positivos. Outra opinião frequente foi que os imigrantes e os seus filhos não são um grupo vulnerável, tendo-lhes pelo contrário sido concedidos privilégios

especiais, o que provocou ressentimento e deu origem a queixas veementes sobre as atitudes das crianças imigrantes:

«Tivemos um rapaz de... um centro para imigrantes. O Estado cuida destas crianças mais do que de nós. Têm acesso à educação, a diferentes cursos e, mais tarde, a um emprego.» (Bulgária, rapariga)

«Muitos estrangeiros não querem ter os austríacos na escola, apesar de ser o nosso país. Isso é discriminação!» (Áustria, rapariga)

«Estão demasiado ocupados a ajudar financeiramente pessoas como os requerentes de asilo e não prestam ajuda financeira aos cidadãos britânicos.» (Reino Unido, rapaz)

Os **principais riscos** relativamente aos direitos destas crianças são os seguintes:

- Participação reduzida na escola e na sociedade devido a conhecimentos linguísticos limitados;
- Pobreza;
- Acesso reduzido aos cuidados de saúde;
- Discriminação e exclusão social.

Aprender a língua local é considerado a chave para proteger os direitos destas crianças. Também foi referida a importância da integração (e da vontade de integrar de ambas as partes):

«Se cada cultura se mantiver fechada, apenas falará a sua própria língua e não estabelecerá quaisquer outros contratos.» (Países Baixos, rapaz)

Muitas das ideias avançadas sobre a forma **como os direitos deste grupo poderiam ser mais bem protegidos ou garantidos** prendem-se com a necessidade de **uma maior integração e compreensão mútua**; as atitudes fortemente enraizadas precisam de ser abordadas:

«Conversar mais sobre atitudes tolerantes e relações humanas naturais.» (Letónia, rapariga)

Nalguns Estados-Membros, os jovens propuseram que o Estado poderia assumir um papel mais activo no **incentivo à integração**:

«Para que a sociedade reconheça que também deve aceitar outras nacionalidades.» (Lituânia, rapaz)

«As crianças que entram no país sem conhecerem a língua precisam de cuidados e de ter um orientador... Deveria haver pessoas que falem a sua língua, formadas para as acolher de forma a tranquilizá-las.» (Reino Unido, rapariga)

Alguns sugeriram **mais actividades multiculturais para promover o conhecimento mútuo**:

«Na escola há dias consagrados a diferentes temas. Por exemplo, tivemos dias russos, em que vieram à escola dançarinos populares russos e comemos diferentes pratos russos.» (Estónia, rapariga)

5.5.8 CRIANÇAS DE ETNIA CIGANA («ROMA», «SINTI» E VIAJANTES)

Examinando mais pormenorizadamente as comunidades ciganas («Roma», «Sinti» e viajantes) que foram especificamente mencionadas, em primeiro lugar resumimos os **pontos de vista das próprias crianças ciganas** e, em segundo lugar, os **pontos de vista das outras crianças** sobre estas comunidades. Frequentemente, as crianças ciganas encontram-se na mesma situação de vulnerabilidade que as crianças imigrantes ou de grupos étnicos minoritários. Partilham os riscos de uma reduzida participação na escola e na sociedade devido a conhecimentos linguísticos limitados, pobreza, acesso reduzido aos cuidados de saúde, discriminação e exclusão social.

Foram inquiridos diferentes grupos de crianças ciganas em quatro Estados-Membros representativos (Hungria, Roménia, Espanha e Reino Unido), tendo-lhes sido pedido que se exprimissem sobre as suas percepções dos problemas e que apresentassem sugestões sobre o que poderia ser feito para melhorar a situação.

Entre as **sugestões das crianças ciganas** para abordar a questão dos direitos das crianças pertencentes a este grupo contam-se as seguintes medidas:

- Difundir mais informações e mensagens positivas sobre a cultura cigana;
- Ser-lhes permitido integrar-se;
- Beneficiarem das mesmas oportunidades educativas;
- Ser-lhes dada informação sobre os lugares onde procurar ajuda.

Na Hungria e no Reino Unido foram feitas muitas sugestões sobre a forma de abordar a discriminação relativamente aos jovens ciganos. Muitos consideram que é essencial um maior contacto entre os jovens de origem cigana e de outra origem, da mesma forma que a promoção de mensagens mais positivas sobre a cultura cigana. Alguns consideram que é importante sublinhar a reciprocidade e a compreensão para reduzir os problemas de isolamento:

«Deveria ser explicado que não sou como o que se vê na televisão.» (Hungria, rapariga)

As crianças húngaras reconhecem que o contacto directo entre as crianças ciganas e não ciganas é essencial para uma mudança de atitudes.

No Reino Unido, os jovens ciganos também gostariam que houvesse uma maior divulgação dos conhecimentos sobre a sua cultura e o seu povo:

«Eu divulgaria a cultura cigana. Se as pessoas soubessem o que fazemos e como o fazemos, todos os estereótipos desapareceriam. Mostremos às pessoas que somos uma comunidade forte, que não podem... denegrir-nos só pelo que dizem de nós. Dançamos, cantamos, jogamos, fazemos as nossas coisas.» (Reino Unido, rapaz)

O papel que a cultura popular pode desempenhar na aceitação dos diferentes grupos étnicos pela população foi destacado por raparigas ciganas do Reino Unido, tendo estas feito especificamente referência à música pop e hip hop.

As crianças ciganas em Espanha consideram que, se tivessem acesso a uma melhor educação, tal contribuiria para reduzir a discriminação, tendo este ponto de vista sido partilhado por crianças ciganas de outros países. Foi mencionado o importante papel que as escolas poderiam desempenhar para ajudar as crianças ciganas:

«Os tutores deveriam estar próximos e quando descobrem que há uma pessoa de uma família [cigana] mais pobre, deveriam propor uma reunião com essa família e oferecer-se para ajudar a obter ajuda, financeira ou outra, a organizar reuniões com o aluno ou outro tipo de ajuda; penso que os tutores têm uma grande influência.» (Reino Unido, rapariga)

Ao falar sobre a sua comunidade, uma rapariga cigana expressou a opinião de que os seus compatriotas não têm conhecimento dos seus direitos e precisam de mais informações:

«Deveria haver pessoas que os informassem dos seus direitos, eles não têm conhecimento dos seus direitos.» (Reino Unido, rapariga)

Alguns jovens ciganos consideram que certas instituições não lhes oferecem a mesma assistência que a outros grupos. Por exemplo, a polícia não é considerada útil para a sua comunidade:

«Se alguém vai à polícia e faz um depoimento, a polícia não faz nada, deveriam concentrar-se em prender os que abusam das crianças.» (Espanha, rapaz)

As **sugestões das outras crianças** para tratar a questão dos direitos das crianças deste grupo incluem:

- Mais educação para que as crianças ciganas possam integrar-se melhor na comunidade (e, se necessário, oferecer incentivos aos pais para que estes mandem os filhos para a escola);
- Ajuda material.

As opiniões dos outros jovens sobre as crianças ciganas foram extremamente diversas. Alguns declararam-se preocupados por estes constituírem um grupo vulnerável. Todavia, tal como relativamente às crianças de famílias imigrantes, nalguns países existem grandes preconceitos. Estas atitudes podem contribuir para aumentar a sua vulnerabilidade.

«São automaticamente notados, como o seu estereótipo, como se fosse preciso ter cuidado [com eles]. Isso é negativo. Podem ser alvo de violência.» (Irlanda, rapariga)

«Quando algo mau acontecia, eram sempre os culpados.» (Roménia, rapariga)

Os comentários e sugestões sobre a forma de defender os direitos das crianças ciganas vieram essencialmente de inquiridos de Estados-Membros em que existem grandes comunidades ciganas.

Os inquiridos espanhóis sugeriram uma ligação entre os ciganos e a falta de habitação. Foi sugerido um programa de apoio para diminuir a marginalização das crianças ciganas na sociedade espanhola:

«Muitas pessoas nem sequer olham para eles, marginalizam-nos e eles não deveriam ser evitados desta forma.» (Espanha, rapariga)

«Devemos mostrar-lhes que não temos pena deles e conversar com eles, dizer-lhes para onde devem ir.» (Espanha, rapariga)

Sugeriram a criação de mais abrigos e o aumento da presença policial para os proteger, a prestação de informações e a criação de emprego para os seus pais, de forma a que não tenham de mendigar; também foi sugerida a promoção da educação da população em geral para «apagar a imagem de ignorantes que os ciganos têm».

Muitas crianças não ciganas sublinharam que a integração nas escolas é uma primeira etapa essencial para eliminar as barreiras de mal-entendidos e preparar as crianças ciganas para exercerem os seus direitos. Considera-se também que as crianças ciganas podem precisar de apoio suplementar para assegurar que aproveitam a educação disponível:

«Os pais ciganos não incentivam os filhos a frequentar a escola... Tenho um colega cigano, mas não tem computador em casa. Está a esforçar-se imenso por melhorar em informática, mas simplesmente não consegue.» (Eslováquia, rapariga)

As atitudes das crianças são muito semelhantes na Bulgária, onde muitos acreditam que a mudança para as crianças ciganas deve vir, em primeiro lugar, dos seus pais.

«Talvez dizendo-lhes o seguinte: "se mandar o seu filho para a escola, damos-lhe ajuda financeira." Isto mudaria um pouco as coisas.» (Bulgária, rapariga)

Anexo – Guia de reflexão

ESTUDO QUALITATIVO EUROBARÓMETRO - DIREITOS DA CRIANÇA GUIA DE TÓPICOS PARA OS GRUPOS DE REFLEXÃO

TAREFAS PREPARATÓRIAS DOS INQUIRIDOS

Antes de participarem nos trabalhos dos grupos, pedir-se-á às crianças que realizem uma curta tarefa preparatória, de modo a que as primeiras fases dos trabalhos dos grupos decorram rapidamente e sem percalços.

Obrigado por teres concordado em participar neste estudo. O objectivo do estudo é descobrir quais são as coisas que as crianças e os jovens como tu consideram importantes para o seu bem-estar. Também vamos falar sobre algumas coisas que podem prejudicar o bem-estar das crianças e dos jovens e reflectir sobre o que pode ser feito para evitar que aconteçam e sobre o que as crianças podem fazer quando são tratadas de forma que considerem negativa.

Antes de te juntares ao grupo, gostaríamos de te pedir que passes um momento a reflectir sobre o que é ser uma criança/um jovem adulto hoje em dia.

No quadro abaixo escreve, por favor, cinco aspectos positivos de ser uma criança/um jovem adulto actualmente e cinco aspectos negativos de ser uma criança/um jovem adulto hoje em dia.

	Aspectos positivos de ser uma criança/um jovem adulto actualmente	Aspectos negativos de ser uma criança/um jovem adulto actualmente
1		
2		
3		
4		
5		

Se tiveres dificuldades em reflectir sobre este assunto, por que não discuti-lo com alguns dos teus amigos ou com a tua família?

Por favor, lembra-te de trazer a tua lista. As listas serão muito importantes para a reunião e, infelizmente, não podemos aceitar nos grupos aqueles que se esquecerem de as trazer.

Guia de tópicos para os grupos de reflexão

1. INTRODUÇÕES (10-15 MINUTOS)

Introdução inicial, apresentar as crianças e pô-las à vontade umas com as outras. Começar a compreender as suas situações pessoais, circunstâncias familiares e prioridades, de modo a podermos adaptar o nosso questionário durante o debate.

- Moderador
- Ele próprio
- TNS
- Independente
- Processo
- Confidencial
- Não há respostas certas/erradas
- Todas as opiniões são importantes
- Reflectir sobre o que é ser uma criança/um jovem adulto no mundo actual
- Projecto realizado em toda a UE, falar com pessoas como tu em todos os países
- Gravação áudio/vídeo (consoante o caso)
- Visionamento (se for caso disso)

Explicar aos participantes que, ao utilizar a palavra «criança», nos estamos a referir a uma pessoa com menos de 18 anos

- Inquiridos
- Nome
- Família (pais, irmãos/irmãs, etc.)
- O que gostam de fazer

29

2. SER UMA CRIANÇA ACTUALMENTE (15-20 MINUTOS)

Determinar quais os temas que preocupam as crianças e sobre os quais têm opiniões fortes. Compreender por que razão estes temas são importantes e determinar em que domínios da vida podem sentir-se pressionados, limitados ou frustrados – domínios em que os seus direitos podem não ser respeitados.

Pedir aos inquiridos que examinem o que escreveram na tarefa preparatória sobre «os aspectos positivos» e que façam um resumo das suas principais questões num quadro de folhas móveis ou numa grande folha de papel que servirá de futura referência.

- Aspectos positivos de ser uma criança/um jovem adulto hoje em dia
- Como te ocorreram estas ideias?
- O que pensam os outros?

Seguidamente pedir aos inquiridos que examinem o que escreveram na tarefa preparatória sobre «os aspectos negativos» e façam uma lista dos pontos principais.

- Aspectos negativos de ser uma criança/um jovem adulto hoje em dia
- Como te ocorreram estas ideias?
- O que pensam os outros?

Conservar ambas as listas para as utilizar como referência à medida que os trabalhos do grupo forem progredindo.

3. DIREITOS DA CRIANÇA - COMPREENSÃO E ATITUDES (25 MINUTOS)

Introduzir a noção de direitos e determinar até que ponto compreendem o conceito. A partir daí, reflectir sobre o possível alcance dos direitos das crianças e examinar os seus pontos de vista sobre os direitos que podem aplicar-se a outros grupos de crianças.

Ao trabalhar com o grupo, utilizar um quadro de folhas móveis para elaborar um diagrama de todas as pessoas (indivíduos ou grupos) que têm influência nas suas vidas.

- Para além de ti, quem toma as decisões que têm peso na tua vida?
- Pode tratar-se de grandes influências, coisas que afectam todas as pessoas
- Ou pequenas influências, coisas que só te afectam a ti ou aos teus amigos
- De que maneira(s) influenciam a tua vida?
- Isto é positivo ou negativo (ou depende das circunstâncias)?

Conservar este diagrama para o utilizar como referência à medida que os trabalhos do grupo forem progredindo.

- Pensas ter influência suficiente nas decisões que afectam a tua vida?
- Porquê?
- Qual é a tua influência?
- Onde tens oportunidade de exprimir as tuas opiniões?
- Como são ouvidas as tuas opiniões?

Não deixar que a discussão se perca em pormenores relativos ao controlo parental, como por exemplo os pais não permitirem saídas até tarde à noite, ter de fazer os trabalhos de casa, etc. Se necessário, remeter para o primeiro ponto da presente secção; pessoas que têm influência na vida dos jovens.

- Quando e como gostarias de exprimir mais a tua opinião?
- Por que pensas que não podes exprimir mais opiniões?
- Como desejarias que se tivesse em conta o teu ponto de vista?

Resumir brevemente os pontos-chave da discussão até ao momento e ligá-los ao conceito de direitos humanos.

- Algum de vocês conhece a expressão «direitos humanos»?
- O que significa?
- Na tua opinião, quais são os direitos das pessoas?
- Os direitos das crianças são diferentes dos direitos dos adultos?
- De que forma/como?
- Porquê?

Ao chegar a este ponto, recordar que agora reflectimos, em sentido mais lato, sobre os direitos das crianças em geral, ou seja, das crianças de diferentes categorias e faixas etárias. Se necessário, recordar aos participantes que, por criança se entende uma pessoa com menos de 18 anos.

- Na tua opinião, quais são os direitos das crianças?
- Na tua opinião, quais são os direitos que as crianças deveriam ter?

Trabalhar em grupo para elaborar uma lista dos direitos das crianças.

A lista não precisa de ser exaustiva, mas deve procurar reflectir os temas e preocupações principais dos inquiridos - se necessário, remeter para exercícios anteriores.

O moderador também deve aproveitar o exercício para ajudar os inquiridos a desenvolver um consenso claro sobre o conceito de direitos.

4. DIREITOS DA CRIANÇA - PROTECÇÃO (20 MINUTOS)

Oferecer uma perspectiva mais ampla sobre os direitos da criança e explorar seguidamente as suas percepções sobre como poderão ser protegidos tais direitos e impedidas as suas violações. Na medida do possível, orientar a discussão para aspectos específicos do que desejariam/viveram/como reagiriam, etc. No final da secção, introduzir alguns cenários para ajudar a concentração nos domínios essenciais da violência, da pobreza e das crianças invisíveis.

Se não surgir espontaneamente uma lista dos direitos importantes – introduzir o cartão 1 que contém uma lista dos direitos frequentemente mencionados pelas crianças/jovens adultos e discuti-los.

- O que pensas destes direitos?
- Parece-te que são os tipos de direitos que as crianças deveriam ter?
- Há direitos que não deveriam constar da lista?
- Porquê
- Depois de examinar esta lista de direitos, pensas que há grupos de crianças e adolescentes, no teu país e na Europa, que correm riscos particulares (ou seja, os seus direitos podem não estar bem determinados ou protegidos)?
- Em que áreas pensas que podem correr esses riscos particulares?
- Por que pensas que tal sucede?

Se necessário, esclarecer que, neste contexto, o termo «Europa» significa União Europeia, excluindo, por conseguinte, a Rússia, os Balcãs e outras regiões.

Se não surgirem espontaneamente, introduzir cada um dos seguintes temas na perspectiva da UE e tendo em conta as perguntas apresentadas acima:

- Crianças que vivem nas ruas/que mendigam
- Crianças de famílias extremamente pobres
- Crianças imigrantes que chegam à Europa sós ou com a família
- Crianças que são objecto de violência física/emocional ou «bullying» (em casa, na escola, etc.)
- Crianças vítimas de discriminação e racismo
- Crianças (deficientes ou não) que vivem em instituições (como instituições para crianças com necessidades especiais ou orfanatos, em que o risco de abusos pode ser maior)
- Crianças que não têm pais ou cujos pais não podem cuidar delas
- Existem outros grupos de crianças que, na tua opinião, precisam que os respectivos direitos sejam especialmente protegidos ou promovidos?
- Quais são esses grupos?
- Por que necessitam de especial atenção?

Elaborar uma nota sobre os grupos específicos de crianças ou de situações que forem mencionados de modo a serem examinados na secção 5.

5. DIREITOS DA CRIANÇA - AJUDA E APOIO (20 MINUTOS)

Perguntar a opinião dos jovens sobre o que deveria/poderia ser feito para apoiar e proteger melhor os direitos das crianças. Começaremos por examinar os grupos vulneráveis discutidos na secção 4, perguntando que outras acções concretas o mundo dos adultos poderia desenvolver. Perguntar então aos inquiridos o que fariam se sentissem que os seus direitos estavam sem violados e o que o mundo dos adultos pode fazer para ajudá-los.

No que diz respeito aos grupos de crianças da UE que correm maiores riscos, o que poderia fazer o mundo dos adultos para melhor os apoiar/proteger?

- Que podem fazer as crianças que se encontram nestas situações quando querem obter ajuda para proteger os seus direitos?
- Na tua opinião, o que poderia/deveria ser feito por elas?
- Na tua opinião, o que as ajudaria mais?
- Como deveriam ser tratadas/apoiadas/protegidas?

Voltar a introduzir os temas específicos da secção 4 em função das necessidades (para além de quaisquer outros que o grupo tenha sugerido):

- Crianças que vivem nas ruas/que mendigam
- Crianças de famílias extremamente pobres
- Crianças imigrantes que chegam à Europa sós ou com a família
- Crianças que são objecto de violência ou «bullying» (em casa, na escola, etc.)
- Crianças vítimas de discriminação e racismo
- Crianças (deficientes ou não) que vivem em instituições (como instituições para crianças com necessidades especiais ou orfanatos, em que o risco de abusos pode ser maior)
- Crianças que não têm pais ou cujos pais não podem cuidar delas

Seguidamente concentrar-se mais nos próprios grupos. Pedir-lhes para trabalhar aos pares:

- Que farias se considerasses que os teus direitos estavam a ser ameaçados ou se não tos reconhecessem em casa; na escola; noutro lugar?
- Para onde irias?
- Com quem falarias?
- O que pensas que aconteceria?

Se necessário, recordar aos participantes que quando falamos de direitos não nos estamos a referir a ficar fora de casa até tarde à noite, etc. Quando completarem a tarefa, pedir-lhes para discutirem o que escreveram e examinarem porquê.

Pensas que sabes o que fazer se sentires que os teus direitos estão ameaçados:

- Em casa
 - Na escola
 - Noutro lugar
 - Porquê?
-
- Que mais poderia fazer o mundo dos adultos para te ajudar a ti e às outras crianças e adolescentes confrontados com estas situações?
 - Que coisas mudarias se tivesses possibilidade de o fazer?
 - Se houvesse outras formas de responder/queixar-se/obter algo, como gostarias de ter conhecimento delas?
 - Se alguém quisesse obter informação sobre crianças/jovens adultos, como poderá fazê-lo?
 - Onde te diriges se quiseres saber alguma coisa?
 - Que tipo de coisas te parecem úteis?

6. REFLEXÕES FINAIS (20-25 MINUTOS)

Esta secção oferece a possibilidade de reflectir sobre quaisquer questões ou assuntos que não tenham sido inteiramente debatidos durante as primeiras fases do trabalho dos grupos e identificar os aspectos fundamentais em que as crianças gostariam que fossem feitas mudanças. Concedemos muito tempo a esta secção, pelo que se poderá examinar qualquer aspecto com interesse para os inquiridos e abordar questões que não foram exploradas anteriormente. Trata-se também de uma secção em que se poderão examinar alguns dos temas da documentação sobre os quais o grupo poderá ter uma opinião.

Se fosses primeiro-ministro durante um dia, o que farias para apoiar e proteger melhor as crianças em < PORTUGAL >

- Que factores ajudariam mais a proteger os direitos das crianças?
- O que farias para o conseguir?
- Gostarias de acrescentar alguma coisa que não tenhas tido a oportunidade de dizer anteriormente?
- Agradecer aos inquiridos e encerrar o debate.

Comissão Europeia

Os direitos das crianças vistos por elas próprias

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia

2010 — 36 p. — 21x29,7cm

ISBN 978-92-79-19049-0

doi:10.2758/62290



■ Serviço das Publicações

doi:10.2758/62290
ISBN 978-92-79-19049-0

